

Brasília, 19 de Novembro de 2018

Ao Excelentíssimo Presidente Eleito Jair Messias Bolsonaro

Prezado Senhor,

No intuito de contribuir com o aprimoramento da educação brasileira, apresentamos neste presente documento algumas contribuições e reflexões para o ensino público brasileiro:

O ensino formal no Brasil é desenvolvido em três esferas distintas de governo, todos com suas autonomias, sistemas de ensino, políticas e dificuldades:

Municípios - respondem pela educação infantil e ensino fundamental I, sendo pilar essencial à qualidade do que se ensina e especialmente à efetividade do processo de aprendizagem dos brasileiros.

Estados - responsáveis pela segunda etapa do ensino fundamental e pelo ensino médio, sendo que alguns estados ainda investem no desenvolvimento do ensino superior.

União – encarregada por manter o ensino superior, pelo sistema de avaliação nacional e pelo Fundeb, que ajuda a financiar a educação básica nos municípios e estados.

Nesse cenário o que temos é uma sobreposição de estruturas, diretrizes, normas e atividade burocrática, demandando elevadíssimo custo sem que se possa afirmar que todos esses esforços se transformam em aprimoramento ou efetiva melhoria da qualidade do sistema educacional brasileiro. Esse descompasso decorre de um elemento de fácil percepção, qual seja, a ausência de efetiva compreensão de que o processo ensino-aprendizagem ocorre em sala de aula, na relação do professor com o aluno. Este não é o único descompasso, sendo-o igualmente visível a aquilatar-se o gigantesco volume de recursos investidos nas universidades federais, com custos por vaga elevadíssimos, e voltados via de regra para estudantes em sua maioria ricos e oriundos das escolas básicas particulares.

Diante desse cenário, apresentamos algumas propostas que visam contribuir para o equacionamento dos referidos problemas:

O Ministério da educação, esportes e cultura deverá ficar com toda a política nacional de educação, da educação básica e superior, regulamentando e avaliando toda a educação nacional, pública e privada.



FEDERAÇÃO NACIONAL DAS
ESCOLAS PARTICULARES

A educação básica deve ser municipalizada, cabendo aos estados cursos técnicos por região, ou micro região de acordo com sua vocação e setor produtivo.

Limitar o custo e número de cargos administrativos para as secretarias municipais de educação. Atualmente grande parte dos recursos são utilizados para manutenção muito mais da estrutura burocrática estatal do que no efetivo desenvolvimento das atividades escolares em cada uma de suas unidades.

Acabar com a eleição de diretor(a) nas escolas, tomando-se o exemplo da Austrália e Nova Zelândia, efetivando-se eleições apenas para o conselho escolar. A direção das escolas deve ser profissionalizada, tratando essas funções como carreira executiva específica do estado, da mais alta envergadura e importância.

Dividir as escolas brasileiras em 3 níveis,

- A) Escolas inseridas em uma comunidade com melhor poder aquisitivo;
- B) Escolas inseridas em uma comunidade de médio poder aquisitivo;
- C) Escola inserida em uma comunidade de baixo poder aquisitivo;
- D) Estabelecer um valor por aluno para ser distribuído para cada nível de escola, utilizando parte dos recursos do FUNDEB.

Consideramos importante, ainda, transferir as universidades públicas para o ministério de ciência e tecnologia é uma boa saída, pois é quase incompatível que o mesmo ministério regule e seja mantenedor de universidades. Com isso, o governo deverá reformar as universidades, estabelecendo prazo para conclusão para os estudantes, quem repete de ano, deve pagar, além de implantar uma política de todos os estudantes das universidades públicas devem devolver na forma de trabalho social o correspondente ao tempo de estudo.

Além de uma ampla reforma nas universidades publicas, pois seus custos são mais de 3 vezes o custo médio daqueles verificados nas instituições privadas. O Custo médio aluno/ano das universidades federais foi em 2017 de R\$ 43.346,00, enquanto que o custo médio de conceituadas instituições privadas de ensino superior foram de aproximadamente R\$20.000,00 por aluno/ano.

As verbas de pesquisa, devem ser direcionadas para pesquisa em qualquer instituição, especialmente as que tiverem maior relação com o mercado, ou seja, possam desenvolver pesquisa com objetivo focado na produção de bens e serviços para os brasileiros.

Educação pública x PPP

O ensino básico é um bem público, ou seja é um bem de toda a sociedade. O ensino superior pode ser considerado um bem privado, pois em geral os benefícios serão pessoais.

Com esse olhar, precisamos discutir o financiamento da educação em seus diversos níveis.

Como já referido, no Brasil se pode até asseverar que há aplicação de uma grande quantidade de dinheiro em educação, contudo os indicadores existentes não demonstram que esse colossal investimento atualmente resulte em substanciais melhorias na qualidade educacional dos egressos do ensino fundamental, na manutenção dos estudantes no ensino médio e na qualificação dos mesmos para ingresso e conclusão de um curso superior. Programas interessantes como Prouni e Fies, dentre outras iniciativas estatais, voltaram seus esforços exclusivamente para o ensino superior, olvidando-se que a maior carência de estrutura, recursos e boa gestão se localiza no patamar basilar de nossa pirâmide educacional, qual seja, os anos iniciais.

Nem todo estudando deseja ser pesquisador/Doutor em uma universidade, tendo desejos muitas vezes muito mais voltados a sua experiência de vida, aos seus desejos econômicos ou quiçá a sua vocação técnica. Essa realidade não é captada pela atual estrutura educacional, a qual possui sérias dificuldades em alinhar seu foco para agregar algo de interesse dos estudantes, assim como para estabelecer uma boa comunicação com os mesmos para que visualizem o que o ensino lhe pode agregar.

Proposta - Criar um programa de vouchers de ensino para o ensino médio ou técnico, estabelecendo um teto de valor: o estudante ou seus familiares devem negociar a diferença com as escolas.

Desenvolver um programa de privatização do ensino infantil, fundamental e médio, em que os municípios e estados possam fazer parcerias com instituições privadas para administrar suas escolas.

Temos alguns exemplos de parcerias:

A) Em Curitiba, mais de 9.000 crianças são atendidas por escolas de ensino infantil privadas, em que a prefeitura paga um valor por aluno, e a família o restante nas instituições conveniadas;

B) Em São Paulo, capital, também na educado infantil, a prefeitura utiliza um programa de parceria público privada para atender milhares de crianças pela metade do preço;

C) Em Canoas-RS, a prefeitura está privatizando uma escola, em que arrendara o prédio e pagará R\$1.200,00 por aluno.

Estabelecer um programa de financiamento de ensino para ensino superior privado, com os seguintes critérios.

A) Definir o valor que será financiado para cada curso, e limitar a 80%;



FEDERAÇÃO NACIONAL DAS
ESCOLAS PARTICULARES

- B) Mérito - criar programa que valorize o mérito dos alunos com melhor rendimento educacional, servindo como incentivo e prêmio ao maior esforço e talento. Poderia ser estabelecido um patamar de desempenho no ENEM (por exemplo, 700), foco nas áreas técnicas de interesse do país, como engenharia; professor, medicina, em que os estudantes carentes, não precisem pagar, apenas prestar serviços para a sociedade pelo tempo do curso;
- C) Os demais estudantes deverão pagar o financiamento após a finalização do curso;
- D) O estudante deverá negociar com a IES privada a diferença do curso escolhido.

Ademar Batista Pereira

Ademar Batista Pereira
Presidente Fenep